

Primeiramente publicado, em Belo Horizonte, in *Poder, normalização e violência*. Incurções foucaultianas para a atualidade (Izabel C. Friche Passos, org.), Autêntica Editora, 2008, pp. 23-40.

VIOLÊNCIA E / OU POLÍTICA*

Theresa Calvet de Magalhães**
(theresa.calvet@gmail.com)

A Izabel Christina Friche Passos

A questão da guerra como princípio *eventual* de análise das relações de poder, a questão do nascimento do discurso histórico-político da luta das raças (nos séculos XVI e XVII) e a do aparecimento do racismo de Estado (no início do século XX), assim como a questão de duas novas tecnologias de poder, a *disciplina* ou o poder *disciplinar* e a *biopolítica* (a partir do século XVII, início do século XVIII, e por volta da segunda metade do século XVIII, início do século XIX), de sua especificidade e de sua articulação, são questões centrais no curso “*Il faut défendre la société*” que Foucault apresentou no *Collège de France* de 7 de janeiro a 17 de março de 1976, ou seja, entre a publicação de *Surveiller et Punir: Naissance de la prison* (fevereiro de 1975) e a publicação de *La volonté de savoir*, o primeiro volume de sua *Histoire de la Sexualité* (outubro de 1976), um curso que foi finalmente publicado no início de 1997 (em fevereiro).¹

* A primeira versão deste texto foi apresentada no Seminário “Foucault em Debate: 20 anos de Ausência”, promovido pelo Grupo Foucault-BH e pelo Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, em Belo Horizonte, em 24 de junho de 2004. Agradeço a Vilma Carvalho de Souza, Bibliotecária Chefe da Biblioteca da FAFICH/UFMG, em Belo Horizonte, pelo empenho e rapidez em localizar os livros de Foucault solicitados e pelo seu apóio à minha pesquisa.

** *Docteur* em *Sciences Politiques et Sociales* pela UCL (*Université Catholique de Louvain*), *Pós-doutorado* em Filosofia Contemporânea (*Institut Supérieur de Philosophie – UCL*), Professora aposentada da UFMG (FAFICH- Departamento de Filosofia), Professora do Curso de Pós-Graduação em Direito da UNIPAC em Juiz de Fora (MG).

1. M. Foucault, *Il faut défendre la société* [IFDS], Paris: Seuil / Gallimard, 1997. Este volume inaugura a edição dos cursos de Michel Foucault no *Collège de France*, na coleção “Hautes Études” das editoras Seuil e Gallimard. Já foram publicados: *Les Anormaux* (1999), *L’Herméneutique du Sujet* (2001), *Le pouvoir*

Em *Surveiller et Punir*, Foucault descreve a emergência histórica, ou a formação, de uma sociedade “disciplinar”.² O poder disciplinar (uma técnica de poder que se aplica singularmente aos corpos individuais; uma tecnologia política do corpo humano) nunca foi tão importante e tão valorizado como a partir do momento em que se tentava gerir a população. Em *La volonté de savoir*, no quinto e último capítulo (“*Droit de mort et pouvoir sur la vie*”), Foucault descreve o desenvolvimento do “bio-poder” (uma técnica de poder que se aplica globalmente à população; uma “biopolítica” da espécie humana), um poder essencialmente normalizador, que se integra à tecnologia política do corpo e tem como alvo a população.³ Por “biopolítica”, ele entende “a maneira como se tentou, a partir do século XVIII, *racionalizar* os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de viventes

psychiatrique (2003), *Sécurité, territoire, population* (2004), *Naissance de la biopolitique* (2004), *Le gouvernement de soi et des autres* (2008). As duas primeiras lições do curso “*Il faut défendre la société*” (7 e 14 de janeiro de 1976) foram publicadas em italiano, em 1977, in M. Foucault, *Microfísica del potere: interventi politici* (Pasquale Pasquino e Alexandre Fontana, orgs.), Torino: Einaudi, pp. 163-194 [ver a edição brasileira, à qual foram acrescentados novos textos: M. Foucault, *Microfísica do Poder* (organização e tradução de Roberto Machado), Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 167-191] e, em inglês, em 1980, in M. Foucault, *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977* (Colin Gordon, ed.), New York: Pantheon Books, pp. 78-108; estas duas primeiras lições também foram publicadas em 1994, in M. Foucault, *Dits et Écrits 1954-1988*, Vol. III: 1976-1979 [DE III] (Daniel Defert e François Ewald (eds.), Paris: Gallimard, pp. 160-189.

2. A extensão progressiva das disciplinas ou do poder disciplinar no decorrer dos séculos XVII e XVIII, sua difusão através do conjunto do corpo social, tornou possível a prisão, e é a prisão celular, escreve Foucault, “com suas cronologias marcadas, seu trabalho obrigatório, suas instâncias de vigilância e de notação, com seus mestres de normalidade”, que oferece à sociedade moderna seu verdadeiro rosto: “Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e que todos se pareçam com as prisões?” (M. Foucault, *Surveiller et Punir. Naissance de la prison* [SP], Paris: Gallimard, 1975, p. 229). Numa entrevista, em dezembro de 1983 (“*Qu'appelle-t-on punir?*”), Foucault explicita o que ele tentou fazer em *Surveiller et Punir*: “Teríamos primeiro de especificar talvez o que eu queria fazer nesse livro. Não quis fazer diretamente obra de crítica, se se entende por crítica a denúncia dos inconvenientes do sistema penal atual. Também não quis fazer obra de historiador das instituições, neste sentido em que não quis narrar como tinha funcionado a instituição penal e carcerária no decorrer do século XIX. Eu tentei colocar um outro problema: descobrir o *sistema de pensamento*, a *forma de racionalidade* que, desde o fim do século XVIII, era subjacente à ideia que a prisão é, em suma, o melhor meio, um dos meios mais eficazes e um dos meios mais racionais para punir as infrações em uma sociedade.” (*Dits et Écrits 1954-1988*, Vol. IV: 1980-1988 [DE IV] (Daniel Defert e François Ewald, eds.). Paris: Gallimard, 1994, pp. 635-636; grifos nossos).
3. Ver M. Foucault, *Histoire de la sexualité 1 - La volonté de savoir* [VS]. Paris: Gallimard, 1976, pp. 175-198. Deveríamos então falar de “bio-política”, escreve Foucault, “para designar o que faz entrar *a vida e seus mecanismos* no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da *vida humana*; não é que *a vida* tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominam e a gerem (...). Fora do mundo ocidental, a fome existe, numa escala maior do que nunca; e os riscos biológicos sofridos pela espécie são talvez maiores e, em todo caso, mais graves do que antes do nascimento da microbiologia. Mas o que se poderia chamar de “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade se situa no momento em que *a espécie* entra como algo em jogo [*comme enjeu*] em suas próprias estratégias políticas. O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de uma existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, *sua vida de ser vivo* está em questão.” (VS, p. 188; grifos nossos). Para a problemática do bio-poder em Foucault, ver Michel Senellart, “Situation des cours”, in M. Foucault, *Sécurité, territoire, population*, Paris: Seuil / Gallimard, 2004, pp. 379-411.

constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...”. Não podemos dissociar todos esses problemas específicos da vida e da população do *quadro de racionalidade política* no interior do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade. A saber, dizia ele, o “liberalismo” (*Naissance de la biopolitique*, p. 323; grifos nossos).⁴

Gostaria de aproveitar a oportunidade desta homenagem a Michel Foucault para expor, muito rapidamente talvez, o que ele tentou colocar nas 11 lições públicas que compõem esse curso, um curso que ocupa uma posição específica ou, como também já foi dito por outros, uma posição estratégica, no seu pensamento e nas suas investigações. Uma espécie de pausa, momento em que Foucault avalia todo o caminho percorrido desde que foi eleito titular da cátedra “*Histoire des systèmes de pensée*” no *Collège de France* em 1970, e delinea ou anuncia suas futuras investigações.⁵

Poderia simplesmente começar e dizer que, em “*Il faut défendre la société*”, Foucault afirma que *a política é a guerra continuada por outros meios*, e explicitar logo o que significa essa inversão da famosa proposição de Carl von Clausewitz de que *a guerra é uma mera continuação da política por outros meios* [*Der Krieg ist eine bloÙe Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln*] (*Vom Kriege* [1832], Livro I, Capítulo I, §24), mas creio que é necessário primeiro situar a questão dos dois polos de desenvolvimento no exercício do poder sobre a

4. No curso “*Naissance de la biopolitique*”, que Foucault apresentou no *Collège de France* de 10 de janeiro a 4 de abril de 1979, ele analisou o liberalismo como uma certa prática refletida de governo, ou seja, como “uma maneira de fazer” orientada para objetivos e se regulando por uma reflexão contínua”, e não como uma teoria (uma teoria econômica) ou como uma ideologia (DE III, p. 819). O liberalismo é atravessado pelo seguinte princípio: “Sempre se governa demais” (DE III, p. 820). A suspeita de que sempre se governa demais é habitada, contudo, pela questão: *porque é necessário governar?* Para Foucault, essa questão faz do liberalismo uma forma de governo complexa. Ele tenta ver, então, no liberalismo, “uma forma de reflexão crítica sobre a prática governamental”, ou “uma crítica da irracionalidade própria ao excesso de governo” (DE III, pp. 822-823). O liberalismo constitui, assim, para Foucault “um instrumento crítico da realidade”: crítica “de uma governamentalidade anterior”, crítica “de uma governamentalidade atual que se tenta reformar e racionalizar” e crítica “de uma governamentalidade (...) da qual se quer limitar os abusos” (DE III, p. 821). Tratava-se, portanto, de tentar analisar a maneira pela qual os problemas que a população colocava à prática governamental “foram postos no interior de uma tecnologia de governo que”, se não foi sempre liberal, “nunca deixou de estar obcecada [*hantée*], a partir do final do século XVIII, pela questão do liberalismo” (DE III, p. 824). Para a sua análise do liberalismo alemão dos anos 1948-1962, ver Nils Goldschmidt e Hermann Rauchenschwander, “The Philosophy of Social Market Economy: Michel Foucault’s Analysis of Ordoliberalism”, *Freiburg Discussionpapers on Constitutional Economics*. Freiburg: Walter Eucken Institut, pp. 1-30 (http://www.walter-eucken-institut.de/publikationen/07_4bw.pdf).

5. Ver John Marks, “Foucault, Franks, Gauls. *Il faut défendre la société*: The 1976 Lectures at the Collège de France”, *Theory, Culture & Society*, Vol. 17, N. 5 (2000), pp. 127-147; Pasquale Pasquino, “Political theory of war and peace: Foucault and the history of modern political theory”, *Economy and Society*, Vol. 22, N. 1 (1993), pp. 77-88.

vida, um poder cuja mais alta função não é mais a de matar, mas sim a de gerir a vida, de exercer uma influência positiva sobre a vida, de majorar ou de multiplicar a vida, através de controles precisos e regulações de conjunto⁶ –por um lado, procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas do corpo*, do corpo individual (uma *anátomo-política do corpo humano*) e, por outro lado, uma série de intervenções e de controles reguladores (uma *bio-política da população*)⁷–, e retomar alguns pontos que provocaram mal-entendidos, ou até mesmo falsificações.

Foucault, como todos aqui sabem, nunca escreveu um livro sobre o poder ou elaborou uma teoria geral do poder (uma teoria do que é o poder), mas estudou sim as *relações de poder*, os *efeitos de poder*, nas suas análises “históricas” dos asilos, da loucura, da medicina, das punições e das prisões, da sexualidade, da “polícia”.⁸ Apesar de ter afirmado, em 1982, num ensaio intitulado “*The Subject and Power*”⁹, que o objetivo de seu trabalho nos últimos vinte anos –ou seja, desde *Folie et Dérison: Histoire de la Folie à l’Âge Classique* (1961)–

6. Para a noção de *vida*, tal como Foucault a considera nas suas análises do bio-poder –a vida entendida como “essência concreta do homem, realização de suas virtualidades, plenitude do possível” (VS, p. 191) –, ver Mika Ojakangas, “Impossible Dialogue on Bio-Power: Agamben and Foucault”, *Foucault Studies*, N. 2 (2005), pp. 5-28.

7. Ver VS, pp. 182-183; as disciplinas são agora pensadas no interior de um poder mais geral sobre a vida. Ver também M. Foucault, “Les mailles du pouvoir” (Conferência proferida, em 1 de novembro de 1976, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia), DE IV, pp. 191-194. O termo “bio-politique” foi usado por Foucault, em outubro de 1974, numa conferência sobre o nascimento da medicina social, proferida no Instituto de Medicina Social da UERJ, e publicada (em espanhol) em 1977 (tradução portuguesa em M. Foucault, *Microfísica do Poder*, pp. 79-98): “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se efetua apenas pela consciência ou pela ideologia, mas também no corpo e com o corpo. (...) O corpo é uma realidade bio-política; a medicina é uma estratégia bio-política.” (M. Foucault, “La naissance de la médecine sociale”, DE III, p. 210). Nesta conferência, a bio-política permanece nos limites do poder disciplinar (ela seria uma maneira de *governar* no interior da disciplina).

8. “*O poder, isso não existe [Le pouvoir, ça n’existe pas]*. Eu quero dizer isto: a ideia de que há, em um dado lugar, ou emanando de um dado ponto, alguma coisa que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa, e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. *O poder consiste, na realidade, em relações*, [é] um feixe mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado, de relações. Portanto, o problema não é de constituir uma teoria do poder que teria como função refazer o que um Boulainvilliers, por um lado, um Rousseau, por outro lado, quiseram fazer. Todos os dois partem de um estado originário onde todos os homens são iguais, e depois, o que acontece? Invasão despótica para um, acontecimento mítico-jurídico para o outro, e o que acontece sempre é que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder. Se tentarmos construir uma teoria do poder, seremos sempre obrigados a considerá-lo como surgindo em um dado tempo e em um dado momento, de que se deverá fazer a gênese, e depois a dedução. Mas se o poder é, na realidade, um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é de possuir uma grade de análise, que permitira uma analítica do poder.” (“Le jeu de Michel Foucault” [1977], in DE III, p. 302; grifos nossos).

9. M. Foucault, “The Subject and Power”, in H. Dreyfus e P. Rabinow, *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago: The University of Chicago Press, 1982, pp. 208-226. Tradução francesa de Fabienne Durand-Bogaert, in DE IV, pp. 222-243.

não foi o de analisar os fenômenos de poder, e nem mesmo o de esboçar os fundamentos para uma tal análise, mas sim de “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”, poderíamos dizer que a questão do poder assinala, em determinado momento das investigações históricas de Foucault, uma reformulação de seus objetivos teóricos e políticos, que foi anunciada na sua Aula inaugural (“*L’ordre du discours*”), em 2 de dezembro de 1970, no *Collège de France*.¹⁰ Não vou retomar o que já disse antes ou escrevi sobre Foucault.¹¹

Em 1977, ao retrazar o seu percurso numa entrevista, “*Pouvoir et Savoir*” (DE III, pp. 399-414), Foucault ainda afirma que a questão do poder era o seu problema, o seu *verdadeiro problema* (“que é, aliás, atualmente o problema de todo o mundo”), e que o problema do poder apareceu para ele, em sua nudez, por volta dos anos 1955, quando começou a trabalhar, tendo como pano de fundo “duas grandes heranças históricas do século XX [“duas heranças negras”, duas “sombras gigantescas”] que não tinham sido assimiladas, e para as quais não se tinha um instrumento de análise” – o fascismo e o stalinismo (DE III, p. 400). O século XIX, dizia ele, “tinha encontrado, como problema maior, o problema da miséria, o problema da exploração econômica, o problema da formação de uma riqueza, a do capital a partir da miséria daqueles mesmos que produziam a riqueza”. E esse escândalo, segundo Foucault, teria suscitado “a reflexão dos economistas, dos historiadores que tentaram solucioná-lo, ou justificá-lo como o podiam e, no seio disso tudo, o marxismo” (DE III, p. 400). A questão que se colocava nos anos cinquenta, “pelo menos na Europa ocidental, isto é, nos países desenvolvidos, industrialmente desenvolvidos”, Foucault insistia, não era o problema da miséria, mas sim o problema do *excesso de poder*:

“Tivemos regimes capitalistas, o que era o caso do fascismo, e socialistas, ou que se diziam socialistas, o que era o caso do stalinismo, nos quais o excesso de poder do aparelho de Estado, da burocracia, mas eu diria igualmente dos indivíduos uns sobre os outros, constituía algo inteiramente revoltante, tão revoltante como a miséria no século XIX. Os campos de concentração que conhecemos em todos esses países foram para o século XX o que as famosas vilas operárias, o que os famosos casebres operários, o que a famosa mortalidade operária eram para os contemporâneos de Marx. Ora, nada nos

10. M. Foucault, *L’ordre du discours* (Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970), Paris: Gallimard, 1971.

11. Ver Th. Calvet de Magalhães, “Da arqueologia do saber ao ensaio filosófico: a problemática de uma ontologia do presente em Foucault”, *Síntese Nova Fase* N. 40 (1987), pp. 59-83; “A Filosofia como Discurso da Modernidade”, *Ética e Filosofia Política*, V. 2, N. 1 (1997), pp. 29-64.

instrumentos conceituais teóricos que tínhamos (...) nos permitia captar bem esse problema do poder, porque o século XIX, que nos tinha legado esses instrumentos, só tinha percebido esse problema através dos esquemas econômicos. O século XIX nos tinha prometido que no dia em que os problemas econômicos seriam resolvidos, todos os efeitos de poder suplementar excessivo seriam resolvidos. O século XX descobriu o contrário: podemos resolver todos os problemas econômicos (...), *os excessos de poder permanecem.*” (DE III, p. 401; grifos nossos).

Até 1955, ainda podíamos considerar, e era o que os marxistas nos diziam, recorda Foucault, que se o fascismo e os seus excessos de poder tinham ocorrido, e até mesmo se os excessos do stalinismo se produziram, tudo isso era por causa das dificuldades econômicas que o capitalismo conheceu em 1929 (a grande crise econômica desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no dia 24 de outubro de 1929) e que a União soviética enfrentou durante o período dos anos 1930-1940. Mas, em 1956, aconteceu uma coisa que Foucault considera capital, fundamental:

“[O] fascismo tendo desaparecido sob suas formas institucionais na Europa, (...) e o stalinismo tendo sido liquidado ou pretensamente liquidado por Krouchev em 1956, os húngaros se revoltam em Budapeste, os russos intervêm e o poder soviético, que no entanto já não deveria estar pressionado pelas urgências econômicas, reagiu como o vimos.” (DE III, p. 401).

Na mesma época, na França, era a guerra da Argélia, e aí também, insiste Foucault, podíamos ver que não se tratava de um problema econômico (afinal “o capitalismo francês mostrou que podia perfeitamente dispensar a Argélia, a colonização argeliana”), mas sim de “mecanismos de poder que se embalavam de certo modo sozinhos, além das urgências econômicas fundamentais” (DE III, p. 401). Necessidade, portanto, diz ele, de *pensar* esse problema do poder (o problema do excesso de poder) e, ao mesmo tempo, *ausência de instrumentos conceituais para pensá-lo*: “Eu creio que no fundo, de uma maneira um pouco inconsciente, todas as pessoas de minha geração, e sou apenas uma delas, finalmente tentaram apreender esse fenômeno do poder.” (DE III, pp. 401-402).

E, numa outra entrevista, também em 1977, “Pouvoirs et stratégies” (DE III, pp. 418-428), Foucault dizia que a *não-análise* do fascismo “é um dos fatos políticos importantes destes últimos trinta anos” (DE III, p. 422). Nenhuma referência aqui, ou no seu curso “*Il faut défendre la société*”, a Hannah Arendt e à sua análise do nazismo e do stalinismo em *The*

Origins of Totalitarianism (uma obra que foi redigida de 1945 a 1949 nos Estados Unidos, e publicada em 1951¹²), ou à análise do fascismo apresentada por Raymond Aron, em 1957-1958, num curso na Sorbonne, que foi publicado em 1965.¹³

Na conferência que apresentou em Tokyo, em 27 de abril de 1978, “La philosophie analytique de la politique” (DE III, pp. 534-551), Foucault dizia que se a questão do poder se coloca, não é porque ele e as pessoas de sua geração a colocaram:

“Ela se pôs, ela nos foi posta. Ela nos foi posta por nossa atualidade, sem dúvida, mas também por nosso passado, um passado muito recente que apenas agora terminou. Afinal de contas, o século XX conheceu duas grandes doenças do poder, duas grandes febres (...). Essas duas grandes doenças, que dominaram o coração, o meio do século XX, são, é claro, o fascismo e o stalinismo. É claro, fascismo e stalinismo respondiam ambos a uma conjuntura bem precisa e bem específica. Sem dúvida, fascismo e stalinismo produziram seus efeitos em dimensões até então desconhecidas e que podemos esperar, ou pelo menos razoavelmente pensar, que não as conheceremos mais de novo. Fenômenos singulares, por conseguinte, mas não se tem de negar que, em muitos pontos, fascismo e stalinismo simplesmente prolongaram toda uma série de mecanismos que já existiam nos sistemas sociais e políticos do Ocidente. Afinal de contas, a organização dos grandes partidos, o desenvolvimento de aparelhos policiais, a existência de técnicas de repressão como os campos de trabalho, tudo isso é uma herança realmente constituída das sociedades ocidentais liberais que o stalinismo e o fascismo só tiveram que recolher. *Foi essa experiência que nos obrigou a colocar a questão do poder.*” (DE III, pp. 535-536; grifos nossos).

Em “*Il faut défendre la société*”, Foucault gostaria de terminar ou tentar encerrar toda uma série de pesquisas genealógicas, que ele tinha iniciado nos seus cursos no *Collège de*

12. H. Arendt, *The Origins of Totalitarianism* [OT], New York: Harcourt, Brace & Company, 1951. Segunda edição, com um novo capítulo [“Ideology and Terror: A Novel Form of Government”] e um Epílogo [“Totalitarian Imperialism: Reflections on the Hungarian Revolution”], New York: World Publishing Company, Meridian Books, 1958. Terceira edição, com uma nova Introdução, e sem o Epílogo acrescentado à segunda edição, New York: Harcourt, Brace & World, 1966. A resenha de Raymond Aron do livro *The Origins of Totalitarianism*, que foi publicada em 1954 (“L'essence du totalitarisme”, *Critique*, Vol. 19, N. 80, pp. 51-70), não conseguiu romper o muro de silêncio em torno da obra de Hannah Arendt na França nem ocasionou, na época, um aprofundamento teórico em torno do que ela considerava como sendo a instituição central dos regimes totalitários – os *campos de concentração*. Foi necessário esperar 1972, 1973 e 1982 para que fosse publicada, por três editores diferentes, a tradução francesa da terceira parte, e das duas primeiras partes desta obra: *Le Système totalitaire* (tradução de Jean-Loup Bourget, Robert Davreu e Patrick Lévy), Paris: Seuil, 1972; *Sur l'antisémitisme* (tradução de Micheline Pouteau), Paris: Calmann-Lévy, 1973; *L'Impérialisme* (tradução de Martine Leiris), Paris: Fayard, 1982. Ver Olivier Mongin, “La réception d'Arendt en France”, *Politique et pensée, Colloque Hannah Arendt* [1988], Paris: Payot e Rivages, 1996, pp. 7-14.

13. R. Aron, *Démocratie et Totalitarisme*, Paris: Gallimard, 1965. E também nenhuma referência de Foucault, no seu curso “*Il faut défendre la société*” ou nas suas entrevistas, às treze lições do curso sobre Clausewitz, proferidas por Raymond Aron no *Collège de France*, em 1971-1972, como titular da cátedra “Sociologie de la civilisation moderne”, ou à publicação pela Gallimard, em fevereiro de 1976, dos dois volumes de sua obra, *Penser la Guerre, Clausewitz* (Vol. I *L'âge européen*; Vol. II *L'âge planétaire*).

France (1971-1972: “*Théories et institutions pénales*”; 1972-1973: “*La société punitive*”; 1973-1974: “*Le pouvoir psychiatrique*”; 1974-1975: “*Les anormaux*”), pesquisas muito próximas umas das outras, que analisavam vários dispositivos de poder, mas que não formavam um conjunto coerente nem uma continuidade:

“[E]ram pesquisas fragmentárias, nenhuma das quais finalmente chegou a seu termo, e que nem sequer tinham sequencia; pesquisas dispersas e, ao mesmo tempo, muito repetitivas (...). Tudo isso marca passo, não avança; tudo isso se repete e não está ligado. No fundo, isso não deixa de dizer a mesma coisa e, no entanto, talvez, isso não diga nada; (...) em suma, como se diz, não chega a um resultado. Eu poderia dizer a vocês: afinal de contas, eram pistas para seguir, pouco importava para onde iam; importava mesmo que não levassem a parte alguma, em todo caso não numa direção determinada de antemão; eram como que pontilhados. (...) Parece-me que esse trabalho que foi feito (...), poderíamos justificá-lo dizendo que ele convinha bastante bem para um certo período, muito limitado, que é aquele que acabamos de viver, os dez ou quinze, no máximo vinte últimos anos (...).” (IFDS, pp. 5-6).

Para Foucault, o que estava em jogo em todos esses fragmentos de pesquisa era o seguinte: “o que é esse poder, cuja irrupção, força, contundência, absurdidade apareceram concretamente no decorrer destes últimos quarenta anos, ao mesmo tempo na linha de desmoronamento do nazismo e na linha de recuo do stalinismo?” (IFDS, p. 13). Tratava-se, não de uma questão teórica (“O que é o poder?”) que coroaria o conjunto, diz ele, mas de “determinar quais eram, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variadas” (IFDS, p. 14). Ou seja, o que ele tentou percorrer, desde 1970-1971, era o “como” do poder (IFDS, p. 21). Tratava-se, portanto, em toda essa série de pesquisas genealógicas, de tentar uma investigação crítica da temática do poder. Ao criticar e abandonar tanto a “concepção jurídica e, digamos, liberal do poder político” como a “concepção marxista geral do poder”¹⁴, Foucault teria tentado analisar o poder político segundo

14. Segundo Foucault –mas isso não significa de modo algum “apagar diferenças inumeráveis, gigantescas”–, haveria um certo ponto comum entre essas duas concepções do poder, e esse ponto comum seria o “economismo” na teoria do poder: “[C]om isso eu quero dizer o seguinte: no caso da teoria jurídica clássica do poder, o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor como de um bem, e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, de uma forma total ou parcial, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito –pouco importa, por ora– que seria da ordem da cessão ou do contrato. O poder é aquele, concreto, que todo indivíduo detém e que viria a ceder, total ou parcialmente, para constituir um poder, uma soberania política. A constituição do poder político se faz, portanto, nesta série, neste conjunto teórico a que me refiro, com base no modelo de uma operação jurídica que seria da ordem da troca contratual. Analogia, por

o esquema *guerra-repressão* (ou *dominação-repressão*), um esquema no qual a oposição pertinente não é mais, como no esquema jurídico do poder (ou no modelo jurídico da soberania), a do legítimo e do ilegítimo, mas sim a oposição entre luta e submissão.¹⁵ E ele recorda que as suas análises genealógicas nos últimos cinco anos se inscrevem do lado deste último esquema, o esquema *luta-repressão*.¹⁶ Mas Foucault já questiona, na primeira lição do seu curso “*Il faut défendre la société*”, esse esquema de análise do poder:

“Ora, à medida que eu o aplicava, fui levado afinal a reconsiderá-lo; ao mesmo tempo, claro, porque ele ainda está insuficientemente elaborado – e eu diria mesmo que está totalmente inelaborado [*inélaboré*]– no que diz respeito a uma série de pontos, e também porque creio que essas duas noções de “repressão” e de “guerra” devem ser consideravelmente modificadas quando não, talvez, no limite abandonadas.” (IFDS, pp. 17-18).

Foucault gostaria de tentar ver, ao longo das onze lições que compõem este curso, “em que medida o esquema binário da guerra, da luta, do enfrentamento das forças, pode ser efetivamente identificado como o fundo [*le fond*] da sociedade civil, ao mesmo tempo o princípio e o motor do exercício do poder político”. E ele pergunta:

“É mesmo exatamente da guerra que se deve falar para analisar o funcionamento do poder? As noções de “tática”, de “estratégia”, de “relação de força” são válidas? Em que medida o

consequente, manifesta, e que corre ao longo de todas essas teorias, entre o poder e os bens, o poder e a riqueza. No outro caso, claro, eu penso na concepção marxista geral do poder: nada disso, evidentemente. Mas haveria nessa concepção marxista uma outra coisa, que se poderia chamar de “funcionalidade econômica” do poder. “Funcionalidade econômica”, na medida em que o poder teria essencialmente por função [*rôle*] ao mesmo tempo manter relações de produção e reconduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e as modalidades próprias da apropriação das forças produtivas tornaram possível. Neste caso, o poder político encontraria na economia sua razão de ser histórica, e o princípio de sua forma concreta e de seu funcionamento atual.” (IFDS, p. 14).

15. Para essa concepção não jurídica do poder, ver Yves Charles Zarka, “Foucault et le concept non juridique du pouvoir”, *Cités*, N. 2 (*Michel Foucault: de la guerre des races au biopouvoir*), Paris: PUF, 2000, pp. 41-52.

16. Para a genealogia como análise da proveniência e história das emergências, ver M. Foucault, “Nietzsche, la généalogie, l’histoire”, *Hommage à Jean Hyppolite*, Paris: PUF, 1971, pp. 145-172 [*in* M. Foucault, *Dits et Écrits 1954-1988*, Vol. II: 1970-1975 [DE II] (Daniel Defert e François Ewald, eds.), Paris: Gallimard, 1994, pp. 136-156]. Ver também o que Foucault escreve, em *La volonté de savoir*, no último parágrafo da segunda seção do Capítulo IV (“Le dispositif de sexualité”): “Trata-se, em suma, de orientar-se para uma concepção do poder que substitui o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, [que substitui] o privilégio do interdito pelo ponto de vista da eficácia tática, [que substitui] o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de relações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação. O modelo estratégico, ao invés do modelo do direito. E isso, não por escolha especulativa ou preferência teórica; mas porque, de fato, um dos traços fundamentais das sociedades ocidentais é que as relações de força que, por muito tempo, tinham encontrado na guerra, em todas as formas de guerra, sua expressão principal, pouco a pouco se investiram na ordem do poder político.” (VS, p. 135).

são? O poder, pura e simplesmente, é uma guerra continuada por outros meios, por meios que não as armas e as batalhas? Sob o tema que se tornou agora corrente, tema aliás relativamente recente, de que o poder tem a incumbência de defender a sociedade, temos ou não de entender que a sociedade em sua estrutura política é organizada de maneira que alguns possam se defender contra os outros, ou defender sua dominação contra a revolta dos outros, ou simplesmente ainda, defender sua vitória e perenizá-la na sujeição?” (IFDS, p. 18).

Teríamos, então, de inverter a famosa fórmula de Clausewitz [“(...) a guerra não é apenas um ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios - (...) *der Krieg nicht bloß ein politischer Akt, sondern ein wahres politisches Instrument ist, eine Fortsetzung des politischen Verkehrs, ein Durchführen desselben mit anderen Mitteln*”] e dizer que a política é a guerra continuada por outros meios¹⁷, perguntava novamente Foucault, em *La volonté de savoir*, logo após ter sugerido que temos de ser nominalistas.¹⁸ E ele responde agora:

“Talvez, se ainda quisermos manter alguma distinção entre guerra e política, deveríamos afirmar antes que essa multiplicidade das relações de força pode ser codificada –em parte e jamais totalmente– seja na forma da “guerra”, seja na forma da “política”; seriam então

17. Em *Surveiller et Punir*, Foucault já tinha dito que não podemos esquecer que a “política” foi concebida como a continuação da guerra: “É possível que a guerra como estratégia seja a continuação da política. Mas não devemos esquecer que a “política” foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental para prevenir o distúrbio civil. A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil, do regimento no campo e nos campos, na manobra e no exercício. Nos grandes Estados do século XVIII, o exército garante a paz civil sem dúvida porque é uma força real, uma espada sempre ameaçadora, mas também porque é *uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social*. Se há uma série política-guerra que passa pela estratégia, *há uma série exército-política que passa pela tática*. É a estratégia que permite compreender a guerra como uma outra maneira de conduzir a política entre os Estados; é a tática que permite compreender o exército como um princípio para manter a ausência de guerra na sociedade civil. A época clássica viu nascer a grande estratégia política e militar segundo a qual as nações defrontam suas forças econômicas e demográficas; *mas viu nascer também a minuciosa tática militar e política pela qual se exerce nos Estados o controle dos corpos e das forças individuais*. “O” militar –a instituição militar, o personagem do militar, a ciência militar, tão diferentes do que caracterizava antes o “homem de guerra”– se especifica, durante esse período, no ponto de junção entre a guerra e os ruídos da batalha por um lado, a ordem e o silêncio obediente da paz por outro. Os historiadores das ideias atribuem de bom grado o sonho de uma sociedade perfeita aos filósofos e aos juristas do século XVIII; mas houve também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos adestramentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática. (...) Enquanto os juristas ou os filósofos buscavam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e com eles os técnicos da disciplina elaboravam os procedimentos para a coerção individual e coletiva dos corpos.” (pp. 170-171; grifos nossos).

18. “É necessário, talvez, ser nominalista: o poder não é uma instituição, e não é uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns seriam dotados: é o nome atribuído a uma situação estratégica complexa numa dada sociedade.” (VS, p. 123).

duas estratégias diferentes (...) para integrar essas relações de força desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas.” (VS, p. 123).

Mas sobre a eficácia do modelo da guerra para a análise das relações de poder, Foucault parece ter hesitado muito. Em uma entrevista em dezembro de 1977, “La torture c’est la raison” (DE III, pp. 390-398), ele pergunta: “Os processos de dominação não serão mais complexos, mais complicados que a guerra?” (DE III, p. 391). E antes dessa entrevista, em 1976, ele já questionava¹⁹:

“A noção de estratégia é essencial quando se quer fazer a análise do saber e de suas relações com o poder. Mas será que ela implica necessariamente que através do saber em questão se faz a *guerra*? A estratégia não permite analisar as relações de poder como técnica de *dominação*? Ou teríamos de dizer que a dominação não passa de uma forma continuada da guerra?” (DE III, p. 94).

Em “*Il faut défendre la société*”, dizer que a política é a guerra continuada por outros meios queria dizer, para Foucault, três coisas:

“Primeiro isto: que as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força, estabelecida em um dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, *nessa hipótese* [grifo nosso], teria como função [*rôle*] reinscrever perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinscrevê-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros. (...)

A inversão dessa proposição [a proposição de Clausewitz] significaria outra coisa também: a saber, que, no interior dessa “paz” civil, as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de força – acentuações de um lado, derrubamentos, etc.– tudo isso, num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. E seria para decifrar como episódios, fragmentações, deslocamentos da guerra ela mesma. Sempre se escreveria apenas a história dessa mesma guerra, mesmo quando se escrevesse a história da paz e de suas instituições.

A inversão do aforismo de Clausewitz significaria ainda uma terceira coisa: a decisão final só pode vir da guerra, ou seja, de uma prova de força em que as armas, finalmente, deverão ser juízes. *O fim do político, isso seria a última batalha, o exercício do poder como guerra continuada.*” (IFDS, pp. 16-17; grifos nossos).

19. “Des questions de Michel Foucault à *Hérodote*”, *Hérodote*, N. 3 (julho-setembro de 1976), pp. 9-10 (DE III, pp. 94-95).

Mas, em “L’oeil du pouvoir” (DE III, pp. 190-207), uma importante entrevista publicada em 1977, Foucault já dizia:

“[E]m alguns discursos políticos, o vocabulário das relações de forças é muito utilizado; a palavra “luta” é a que mais reaparece. Ora, parece-me (...) que o problema subjacente a esse vocabulário não é colocado: a saber, temos ou não de analisar essas “lutas” como as peripécias de uma guerra, temos de decifrá-las segundo uma grade que seria a da estratégia e da tática? A relação de forças na ordem da política é uma relação de guerra? Pessoalmente, não me sinto pronto agora para responder de uma maneira definitiva com sim ou com não. Parece-me apenas que a pura e simples afirmação de uma “luta” *não pode servir de explicação primeira e última para a análise das relações de poder*” (DE III, p. 206; grifos nossos).

As pesquisas de Foucault, logo depois do seu curso “*Il faut défendre la société*”, se orientaram para a análise dos efeitos de governo sobre as condutas, produzidos pelo bio-poder. Talvez seja essa uma das razões que o levaram a questionar a problemática da guerra, que ainda está no centro desse curso, e a abandonar toda essa série de pesquisas sobre a guerra como princípio eventual de análise das relações de poder.²⁰

Em 1982, em “Le sujet et le pouvoir”, Foucault afirma que o exercício do poder consiste em “conduzir condutas” (DE IV, p. 237). O termo “conduta”, apesar de equívoco, segundo ele, seria talvez um dos termos que permite captar melhor o que há de específico nas relações de poder. Para Foucault, a “conduta” é ao mesmo tempo o ato de “conduzir” os outros e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. No fundo, dizia ele, o poder “é menos da ordem do enfrentamento entre dois adversários, ou do compromisso de um com o outro, do que da ordem do “governo”.” (DE IV, p. 237). É necessário dar a esse termo a significação bastante ampla que ele tinha no século XVI:

“[A palavra “governo”] não se referia apenas às estruturas políticas e à gestão do Estado; mas designava a *maneira de dirigir a conduta de indivíduos ou de grupos*: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ela [essa palavra] não recobria simplesmente formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas *modos de ação* mais ou menos refletidos e calculados, mas *todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação de outros indivíduos*. Governar, nesse sentido, é estruturar o campo de ação eventual dos outros. O modo de relação próprio ao poder não teria de ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da ligação voluntária

20. Ver Marcelo Hoffman, “Foucault’s politics and bellicosity as a matrix for power relations”, *Philosophy & Social Criticism*, Vol. 33, N. 6 (2007), pp. 756-778.

(...): mas do lado desse *modo de ação singular –nem guerreiro, nem jurídico–* que é o governo.” (DE IV, p. 237; grifos nossos).

Em uma entrevista, dada no dia 20 de janeiro de 1984, “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté” (DE IV, pp. 708-729), Foucault afirma que não usa a palavra poder e que, se usa essa palavra algumas vezes, é sempre como forma abreviada da expressão que ele sempre usa: *as relações de poder*. Quando fala de relações de poder, ele não pensa imediatamente numa estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, como pensam logo muitas pessoas quando se fala do poder, mas quer dizer que, “nas relações humanas (...) *o poder* está sempre presente” (DE IV, pp. 719-720; grifo nosso). Ao dizer poder, aqui, ele quer dizer “*a relação* na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro” (DE IV, p. 720; grifo nosso). Trata-se, portanto, de relações que podemos encontrar em vários níveis, sob diversas formas:

“[E]ssas relações de poder são relações móveis, isto é, elas podem se modificar, não são dadas uma vez por todas. (...) Essas relações de poder são portanto móveis, reversíveis, instáveis. E temos de observar também que só pode haver relações de poder na medida em que os sujeitos são livres. Se um dos dois estivesse completamente à disposição do outro e se tornasse sua coisa, um objeto sobre o qual ele pudesse exercer uma violência infinita e ilimitada, não haveria relações de poder. É necessário, portanto, para que se exerça uma relação de poder, que haja sempre dos dois lados pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente podemos dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode exercer-se sobre o outro na medida em que resta ainda a este último a possibilidade de se matar, de saltar pela janela, ou de matar o outro. Isso quer dizer que, nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência, porque *se não houvesse possibilidade de resistência* –de resistência violenta, de fuga, de astúcia, de estratégias que invertem a situação– *não haveria de modo algum relações de poder*. (...) *se há relações de poder* em todo o campo social, *é porque há liberdade* em todo lugar” (DE IV, p. 720).

Mas isso não significa para Foucault negar que existem estados de dominação. Em muitos casos, dizia ele, “as relações de poder são fixadas de tal modo que elas são perpetuamente dissimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada” (DE IV, p. 720). O que Foucault questiona é a afirmação que, se o poder está em toda parte, não haveria lugar ou espaço para a liberdade. Ele recusa, portanto, que lhe atribuam a ideia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa qualquer margem para a liberdade. Ou seja, para Foucault, o poder não é o mal:

“Sabemos muito bem que o poder não é o mal! Considerem, por exemplo, as relações sexuais ou amorosas: exercer poder sobre o outro, numa espécie de jogo estratégico aberto, onde as coisas podem se inverter, não é o mal; isso faz parte do amor, da paixão, do prazer sexual. Considerem também uma coisa que tem sido objeto de críticas muitas vezes justificadas: a instituição pedagógica. Eu não vejo onde está o mal na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que um outro, diz a esse outro o que ele deve fazer, o ensina, transmite a ele um saber, e lhe comunica técnicas; o problema é, muito mais, o de saber como se vai evitar nessas práticas –onde o poder não pode não jogar e onde ele não é o mal em si– os efeitos de dominação que vão fazer com que uma criança será submetida à autoridade arbitrária e inútil de um professor primário, um estudante submetido a um professor autoritário, etc. Eu creio que é necessário colocar esse problema em termos de *regras de direito* [grifo nosso], de *técnicas racionais de governo* [grifo nosso] e de *ethos*, de prática de si e de liberdade.” (DE IV, p. 727).

A problemática do “governo”, no seu sentido mais amplo de “conduta” (ato de “conduzir” os outros e maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades), permitiu a Foucault retomar a sua análise das relações de poder não mais em termos de dominação ou a partir das técnicas e das táticas de dominação, mas em termos de *ação*. Em “Le sujet et le pouvoir”, Foucault introduziu uma importante distinção entre *relações de poder* (um modo de ação sobre as ações de pessoas, uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes), *capacidades objetivas* (um modo de poder que é exercido sobre as coisas) e *relações de comunicação* (que transmitem uma informação através de uma língua, um sistema de signos...). Estes três tipos de relações estariam sempre imbricados uns nos outros, o que não quer dizer que cada uma destas relações não possui a sua própria especificidade (DE IV, pp. 233-235).

O que define as relações de poder é um modo de ação: não se trata propriamente de um modo de ação que é exercido diretamente ou imediatamente sobre pessoas, mas de um modo de ação que é exercido sobre um ou mais sujeitos agentes na medida em que eles agem ou podem agir, isto é, uma ação sobre ações. Ao definir o exercício do poder como *um conjunto de ações sobre ações possíveis*, Foucault incluiu, nessa definição, um elemento que ele considera importante - a *liberdade*. O poder, diz ele, “só se exerce sobre “sujeitos livres” e na medida em que são “livres”” (DE IV, p. 237). E por *sujeitos livres*, ele entende “sujeitos individuais ou coletivos que têm frente a eles um campo de possibilidade onde várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem ocorrer” (DE IV, p. 237). Foucault não confunde uma relação de *poder* com uma relação de *violência*:

“De fato, o que define uma relação de poder, é um modo de ação que não age diretamente e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua ação própria. Uma *ação sobre a ação* (...). Uma relação de violência age sobre um *corpo*, sobre *coisas*: ela força, ela dobra, ela quebra, ela destrói: ela fecha todas as possibilidades; ela não tem, portanto, junto dela nenhum outro polo a não ser o da *passividade*; e se ela encontra uma resistência, ela não tem outra escolha a não ser a de procurar reduzir essa resistência. Uma relação de poder, ao contrário, articula-se sobre dois elementos indispensáveis para que ela seja, justamente, uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre quem ela se exerce) seja bem *reconhecido* e mantido até ao fim como *sujeito de ação*; e que se *abra*, frente à relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, *invenções possíveis*.” (DE IV, p. 236; grifos nossos).

O modo de relação próprio ao poder deveria então ser buscado do lado desse modo de ação singular que é o *governo*, no seu sentido amplo de “conduta”. Segundo Foucault, não haveria um antagonismo essencial, uma oposição termo a termo, mas sim uma provocação permanente entre o poder e a liberdade. Ou seja, ele não defende a ideia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e não deixa nenhum lugar para a liberdade. Ao dizer que não há sociedade sem relações de poder (e uma sociedade sem “relações de poder” só poderia ser uma abstração), Foucault não quer dizer que aquelas relações que são dadas *são necessárias* ou que o poder constitui, no seio das sociedades, *uma fatalidade incontornável*. O problema não consiste, segundo ele, em tentar dissolver essas relações “na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente”. A tarefa política inerente a toda existência social –uma tarefa política incessante– consistiria na análise, na elaboração, e na crítica das relações de poder e do “agonismo” entre relações de poder e intransitividade da liberdade.²¹ Para Foucault, a filosofia, na sua vertente *crítica* (e o termo *crítica* tem de ser entendido no seu sentido amplo), é justamente o que questiona todos os fenômenos de dominação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, H. *The Origins of Totalitarianism* [OT]. New York: Harcourt, Brace & Company, 1951. Segunda edição, com um novo capítulo (“Ideology and Terror: A Novel Form of Government”) e um Epílogo (“Totalitarian Imperialism: Reflections on the Hungarian Revolution”). New York: World Publishing Company, Meridian Books, 1958. Terceira

21. Ver M. Foucault, “Le sujet et le pouvoir”, DE IV p. 239.

edição, com uma nova Introdução, e sem o Epílogo acrescentado à segunda edição. New York: Harcourt, Brace & World, 1966.

- ARON. R. “L' essence du totalitarisme”, *Critique*, Vol. 19, N. 80 (1954), pp. 51-70.
 _____. *Démocratie et Totalitarisme*, Paris : Gallimard, 1965.
 _____. *Penser la Guerre, Clausewitz*. Vol. I: *L'âge européen*; Vol. II: *L'âge planétaire*. Paris: Gallimard, 1976.
- CALVET DE MAGALHÃES, Th. “Da arqueologia do saber ao ensaio filosófico: a problemática de uma ontologia do presente em Foucault”, *Síntese Nova Fase*, N. 40 (1987), pp. 59-83.
 _____. “A Filosofia como Discurso da Modernidade”, *Ética e Filosofia Política*, V. 2, N. 1 (1997), pp. 29-64.
- DREYFUS, H. e RABINOW, P. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.
- FOUCAULT, M. *Folie et Dérailson. Histoire de la folie à l' âge classique*. Paris: Plon, 1961; 2ª edição, 1972 (Paris: Gallimard): *Histoire de la Folie à l'âge classique* [HF].
 _____. *L'ordre du discours*. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1971.
 _____. “Nietzsche, la généalogie, l'histoire”, *Hommage à Jean Hyppolite*. Paris: PUF, 1971, pp. 145-172.
 _____. *Surveiller et Punir. Naissance de la prison* [SP]. Paris: Gallimard, 1975.
 _____. *Histoire de la sexualité I - La volonté de savoir* [VS]. Paris: Gallimard, 1976.
 _____. *Microfísica del potere: interventi politici*. Pasquale Pasquino e Alexandre Fontana (orgs.). Torino: Einaudi, 1977.
 _____. *Microfísica do Poder*. Trad. bras. de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
 _____. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977* (Colin Gordon, ed.), New York: Pantheon Books, 1980.
 _____. “The Subject and Power”, in DREYFUS e RABINOW, 1982, pp. 208-226. Tradução francesa de Fabienne Durand-Bogaert: “Le sujet et le pouvoir”, in DE IV, pp. 222-243.
 _____. *Histoire de la sexualité*, t. II: *L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard, 1984.
 _____. *Dits et Écrits 1954-1988*, Vol. II: 1970-1975 [DE II]. Daniel Defert e François Ewald (eds.). Paris: Gallimard, 1994
 _____. *Dits et Écrits 1954-1988*, Vol. III: 1976-1979 [DE III]. Daniel Defert e François Ewald (eds.). Paris: Gallimard, 1994.
 _____. *Dits et Écrits 1954-1988*, Vol. IV: 1980-1988 [DE IV]. Daniel Defert e François Ewald (eds.). Paris: Gallimard, 1994.
 _____. *Il faut défendre la société* [IFDS]. Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Seuil / Gallimard, 1997.
 _____. *Les Anormaux*. Cours au Collège de France (1974-1975). Paris: Seuil / Gallimard, 1999.
 _____. *L'Herméneutique du Sujet*. Cours au Collège de France (1981-1982). Paris: Seuil / Gallimard, 2001.
 _____. *Le pouvoir psychiatrique*. Cours au Collège de France (1973-1974). Paris: Seuil / Gallimard, 2003.
 _____. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Seuil / Gallimard, 2004.
 _____. *Naissance de la biopolitique*. Cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Seuil / Gallimard, 2004.

- _____. *Le gouvernement de soi et des autres*. Cours au Collège de France (1982-1983). Paris: Seuil/Gallimard, 2008.
- GOLDSCHMIDT, N. / RAUCHENSWANDER, H. "The Philosophy of Social Market Economy: Michel Foucault's Analysis of Ordoliberalism", *Freiburg Discussionpapers on Constitutional Economics*. Freiburg: Walter Eucken Institut, pp. 1-30 (http://www.walter-eucken-institut.de/publikationen/07_4bw.pdf).
- HOFFMAN, M. "Foucault's politics and bellicosity as a matrix for power relations", *Philosophy & Social Criticism*, Vol. 33, N. 6 (2007), pp. 756-778.
- MARKS, J. "Foucault, Franks, Gauls. *Il faut défendre la société*: The 1976 Lectures at the Collège de France", *Theory, Culture & Society*, Vol. 17, N. 5 (2000), pp. 127-147.
- MONGIN, M. "La réception d'Arendt en France", *Politique et pensée, Colloque Hannah Arendt* [1988], Paris: Payot e Rivages, 1996, pp. 7-14.
- OJAKANGAS, M. "Impossible Dialogue on Bio-Power: Agamben and Foucault", *Foucault Studies*, N. 2 (2005), pp. 5-28.
- PASQUINO, P. "Political theory of war and peace: Foucault and the history of modern political theory", *Economy and Society*, Vol. 22, N. 1 (1993), pp. 77-88.
- SENELLART, M. "Situation des cours", in M. Foucault, *Sécurité, territoire, population* [Cours au Collège de France (1977-1978)], 2004, pp. 379-411.
- ZARKA, Y.-Ch. "Foucault et le concept non juridique du pouvoir", *Cités*, N° 2 (*Michel Foucault: de la guerre des races au biopouvoir*). Paris: PUF, 2000, pp. 41-52.